

Acessibilidade digital para pessoas com deficiência: inclusão, comunicação digital acessível e cidadania ¹.

Carmen Silvia Porto Brunialti JUSTO²
Centro Universitário Barão de Mauá

Luzia Sigoli FERNANDES³
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO

Este estudo apresenta reflexões sobre acessibilidade digital para cidadania de pessoas com deficiência e sua inter-relação com a inclusão, com destaque para a comunicação digital acessível. Foi realizada pesquisa exploratória em fontes bibliográficas, documentais e pesquisa de campo, por meio de levantamento de informações tipo *survey* via formulário eletrônico numa amostra de Organizações Não Governamentais para pessoas com deficiência e, em uma amostra de pesquisadores, desenvolvedores e influenciadores digitais. As análises foram realizadas pelo método cartográfico. O platô comunicação digital acessível indica conexões, agenciamentos e rupturas com os temas: diretrizes e padrões *web*, instâncias de mediação e midiatização, comunicação hospitaleira e planejamento de conteúdos digitais plenamente acessíveis.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade digital; comunicação digital acessível; inclusão e cidadania das pessoas com deficiência.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora e coordenadora dos cursos de Comunicação do Centro Universitário Barão de Mauá (CBM), Ribeirão Preto, SP. E-mail: carmen.justo@baraodemaua.br

³ Professora Doutora, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS). E-mail: luziasigoli@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Acessibilidade é um conceito amplo, pois envolve tanto aspectos em relação ao acesso aos espaços físicos e digitais, assim como a possibilidade de superar barreiras para a efetiva participação na sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI/2015), conceitua o termo acessibilidade no artigo 3º, como: “[...] alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologia [...]” (LBI, 2015, capítulo 3º).

Desde que esta lei foi promulgada, ampliaram-se os benefícios e melhorias na qualidade de vida, na convivência em sociedade e na garantia dos direitos para as pessoas com deficiência. Porém, especificamente no que se refere a acessibilidade digital, as pessoas com deficiência (PcD) ainda enfrentam dificuldades de acesso à internet, a softwares e plataformas adaptadas com recursos e interfaces, apesar dos avanços técnicos e tecnológicos.

Para além do que a lei determina, nos capítulos 63 a 73, sobre o acesso à informação e a comunicação, observam-se constantes barreiras tecnológicas no meio digital, em especial em relação ao acesso a sites e conteúdos digitais. A pesquisa conduzida pelo Big Data Corp (Web para todos, 2022) apresentou que durante a pandemia de Covid -19, houve um aumento no número de sites e aplicativos que dispunham de recursos de acessibilidade digital, entretanto, menos de 1% dos sites ativos no Brasil disponibilizam recursos digitais plenamente acessíveis para as diferentes deficiências.

Além dos recursos disponíveis em plataformas e sites, a acessibilidade digital implica em oferecer internet acessível, no sentido financeiro e de boa qualidade e, recursos informacionais em termos de conteúdos digitais e aplicativos, para atender as demandas das pessoas com diferentes deficiências. Para Alves, Mazzoni e Torres (2002) isso exige planejamento e a apresentação da informação de formas múltiplas, por meio dos recursos e sistemas automáticos de transcrição (sistemas de leitura de tela, de reconhecimento de fala e audiodescrição) e pelo uso de tecnologia assistiva, por meio de teclados adaptados e acessórios que maximizam as habilidades dos usuários.

Nesse contexto, a comunicação digital acessível surge como uma possibilidade de campo científico (Bordieu, 1983), na interface entre os estudos sobre comunicação

digital, ciências da informação e comunicação, ampliando as possibilidades de estudos e avanços em relação aos projetos que visam a inclusão e a comunicação plenamente acessível aos diferentes públicos, como forma de melhoria da qualidade do acesso e do direito à cidadania das pessoas com deficiência legitimada pela LBI.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa é o resultado parcial da tese de doutorado intitulado “Acessibilidade digital em ONGs brasileiras para pessoas com deficiência: análises, perspectivas e desafios para a inclusão tecnológica e social” de Justo e Sigoli (2023), defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Inicialmente foi realizado o levantamento de informações junto às ONGs, pesquisadores, desenvolvedores, gestores e influenciadores digitais sobre a temática da acessibilidade digital. Paralelo a essa informação foi levantado, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, informações sobre dois novos campos de estudos, ainda em construção e com pouca pesquisa acadêmica: os estudos sobre a deficiência, chamados *disability studies* e os estudos e pesquisas sobre acessibilidade digital e comunicação digital, a partir da evolução das novas tecnologias digitais de informação e do que é estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (2015). Essas áreas de pesquisas interdisciplinares, formada por pesquisadores da ciência da computação, da saúde, das ciências sociais e da comunicação, ofereceram subsídios científicos e metodológicos para discutir e pesquisar as tecnologias assistivas, tendo em vista a discussão sobre a acessibilidade digital. E, além dessas frentes de pesquisa, surgiram os estudos sobre comunicação digital acessível, uma área recente, que se configura como um desmembramento do campo da comunicação digital e dos estudos sobre produção, recepção, mediação e midiatização das mensagens no meio digital.

Após as etapas acima, partiu-se para a busca de novas possibilidades e métodos de pesquisa que se alinhassem a esses cenários e que pudessem unir essas frentes de pesquisa. Assim, foi incorporada a cartografia utilizada como perspectiva metodológica a partir dos estudos de Petermann (2011/ 2017), Kastrup (2007) e Rosário (2016).

A cartografia tem sido utilizada por pesquisadores de diferentes áreas, entre eles da comunicação, tendo em vista a complexidade de temáticas que se alinham nos

diferentes campos de pesquisa desta área e, por oferecer a possibilidade de pesquisar temáticas e objetos que não são temas desconectados do desenvolvimento tecnológico e do mundo do trabalho.

Na tese mapeamos seis platôs denominados: platô ONGs e políticas públicas, platô gestores, desenvolvedores, pesquisadores e influenciadores digitais, platô acessibilidade digital e tecnologias assistivas e platô comunicação digital acessível, bem como as categorias de análise a partir do pensamento rizomático (Delleuze; Guattari, 2011) e da cartografia conforme Rosário (2016) e, as diferentes técnicas de pesquisa. Essas informações estão relacionadas no Quadro 1, como segue:

Quadro 1 – Os platôs, as categorias de análise e as técnicas de pesquisa

PLATÔS	CATEGORIAS DE ANÁLISE	TÉCNICAS DE PESQUISA
1 – ONGs e Políticas Públicas	Conexão e heterogeneidade e ruptura assignificante	Pesquisa bibliográfica e documental; levantamento de informações junto a uma amostra de ONGs da cidade de São Paulo, via formulário “google forms”
2 – Gestores, desenvolvedores, pesquisadores e influenciadores digitais PcD	Conexão e heterogeneidade e ruptura assignificante.	Pesquisa bibliográfica e documental; levantamento de informações junto a uma amostra de gestores, desenvolvedores e influenciadores digitais via formulário “google forms”
3 – Acessibilidade digital e tecnologias assistivas	Conexão e heterogeneidade e ruptura assignificante	Pesquisa bibliográfica e documental; membro da Liga do Movimento Web para Todos.
4 – Comunicação Digital Acessível	Conexão e heterogeneidade, multiplicidade, ruptura assignificante e agenciamentos	Pesquisa bibliográfica e documental, participação como membro da Liga do Movimento Web para Todos e, pesquisadora, docente e coordenadora de cursos de comunicação

Fonte: Elaboração própria a partir do quadro apresentado na tese de Petermann (2017).

Para este artigo, apresentamos o mapeamento do platô Comunicação Digital Acessível em relação aos temas: comunicação digital acessível, diretrizes e padrões web,

barreiras atitudinais e instâncias de mediação e midiaticização. A seguir, os fundamentos teóricos que embasaram o mapeamento deste platô.

3. ACESSIBILIDADE DIGITAL E COMUNICAÇÃO DIGITAL ACESSÍVEL

Nossa análise indica que o campo científico da comunicação digital integra perspectivas teóricas e tecnológicas mas, também, integra os estudos sobre cultura digital, ciências da informação e novas tecnologias. Como se trata de um campo em construção, pois tem uma aproximação muito forte com o desenvolvimento tecnológico, novas frentes e interfaces estão surgindo e, se juntam a esses estudos, entre eles a acessibilidade digital, que surgiu a partir do desenvolvimento tecnológico e da necessidade de atender as normas e padrões para desenvolvimento das plataformas e sites.

No Brasil, as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) foram criadas em conformidade com o *World Wide Web Consortium* (W3C) e por especialistas de empresas *web*, como Google, Microsoft e IBM. As recomendações sobre recursos de acessibilidade que devem ser minimamente oferecidas são : descrição de imagens, configuração do idioma do documento, contraste de cores, identificação de links, ordem de leitura lógica, marcadores e anotações, utilização de scripts, campos de formulários , tabelas e listas (Web para todos, 2021).

Especificamente sobre o tema da comunicação digital acessível ou conteúdos digitais acessíveis, para a criação de conteúdos digitais, o Fascículo V das diretrizes da W3C, traz orientações técnicas sobre a concepção de projetos com conteúdo acessível considerando as especificidades das pessoas, incluindo as pessoas com deficiência e o uso correto dos recursos disponíveis na *web* para oferecer a acessibilidade digital.

O que se observa é que, na maior parte dos casos, as decisões sobre a criação de conteúdo acessível para o meio digital passam pelas equipes de gestão de projetos de sites e plataformas, de empresas públicas e privadas, pois envolve um olhar para o mercado, para a otimização dos processos de produção desses conteúdos, para o uso de aplicativos de tecnologia assistiva, e para a questão social que envolve a inclusão das pessoas com deficiência. Porém, nem sempre as empresas estão preparadas para o alinhamento dessas diferentes etapas, seja porque desconhecem os recursos, ou porque desconhecem o público das pessoas com deficiência ou, ainda, porque não existe o interesse em oferecer esses

recursos para tornar mais acessível os conteúdos comunicacionais. A produção de conteúdo acessível no meio digital para diferentes públicos parte da constituição de projetos comunicacionais que integram as necessidades das empresas e pessoas físicas, que vão disponibilizar algum conteúdo no meio digital, que pode ser informativo ou comercial e, também, da orientação técnica e precisa dos profissionais de comunicação que estão à frente dos projetos. Ambas as etapas, passam por um processo de conhecimento das necessidades dos diferentes públicos que são o público-alvo com ou sem deficiência.

As barreiras para a criação de conteúdos acessíveis no meio digital, em algumas situações, podem ser atitudinais, “aquelas que incluem comportamentos e atitudes em relações sociais que possam dificultar ou impedir os movimentos das pessoas com deficiência” (Pessoa *et al*, 2023, p. 60), ou pela falta de planejamento nos projetos de comunicação e, também, devido as barreiras tecnológicas ou a falta de verba para o acesso a diferentes tecnologias, como a inclusão da linguagem Braile ou a contratação de um intérprete de libras, ou, ainda, pela falta de informação acerca do tema em relação a produção de conteúdo digital.

A produção de conteúdo acessível, especificamente para pessoas com deficiência, na maioria dos casos é realizada por uma pessoa sem deficiência que, muitas vezes, passa por um “[...] exercício de imaginar situações de acessibilidade em produtos midiáticos, processos de produção e práticas de recepção, interpretação, circulação e compartilhamento [...]” (Pessoa *et al*, 2023, p. 23).

Para Bonito (2020), as barreiras informacionais se referem a criação de conteúdos que não atendem aos requisitos de acessibilidade e do entendimento das diferentes narrativas. Dessa forma, profissionais da comunicação devem desenvolver boas práticas para a produção de conteúdo, sobretudo no meio digital que considerem a diversidade de habilidades e competências das pessoas com deficiência (Bonito, 2020). Este mesmo autor, investigou os processos comunicativos, por meio dos usos e apropriações de conteúdos de multimídias digitais por usuários com deficiência visual (Bonito, 2015) e concluiu que, para além das complexidades que envolvem a temática da acessibilidade no Brasil, há uma constatação de que, para que a comunicação se torne inclusiva e atinja a acessibilidade comunicativa em relação às pessoas com deficiência, os usos e apropriações dos conteúdos comunicacionais devem passar por uma “[...] ação

configuradora das instâncias de mediação e pelas tecnicidades e suas condições concretas de acessibilidade [...]” (Bonito, 2015, p.7).

O conceito de mediação, tem aporte teórico nos estudos de Martín-Barbero (1997). A teoria das mediações de Barbero “[...] inspirou os pesquisadores na área da comunicação a pensarem os processos comunicacionais a partir das mediações e não apenas em relação aos meios [...]” (Bonito, 2015, p. 103). Ainda sobre esse ponto, o professor afirma que as dinâmicas culturais próprias dos seres humanos interferem “[...] no modo como os receptores se apropriam dos conteúdos midiáticos[...].” Para Lopes, Borelli e Resende (2002, *apud* Bonito, 2015, p. 104), “[...] o grande mérito de Martín-Barbero foi deslocar o foco das pesquisas em Comunicação Social do objeto central “meios de comunicação” para as “mediações [...]”.

Bonito (2015) trabalha com elementos que se destacam como “instâncias de mediação” e reflete sobre o contexto da acessibilidade comunicativa, nos seguintes aspectos: *a tecnologia assistiva* “[...] se apresenta como determinante para a compreensão dos modos de apropriação e transposição de barreiras informativas, geradas nos processos comunicativos [...]”; *o design de acessibilidade universal*, “[...] é elementar para o entendimento das lógicas de produção comunicacional [...]”; *a arquitetura da informação* “[...] configura as possibilidades de usos e apropriações, muito em função de um planejamento prévio [...]” ; e *as linguagens digitais acessíveis*, “[...] capacidade das linguagens se adaptarem ao contexto sócio-tecnológico-político considerando estas vertentes e reconhecendo as suas potencialidades comunicativas e a acessibilidade [...]” (Bonito, 2015, p. 109). E foi a partir das relações no eixo tecnicidades, citadas acima que o pesquisador realizou as suas análises sobre os usos e apropriações realizadas pelas pessoas com deficiência visual e dos conteúdos em processos de comunicação digital.

Em relação aos processos de midiaticização o mesmo autor afirma que se confirmam como resultante do avanço tecnológico, segundo uma perspectiva histórica, mas imbricada nas transformações sociais, culturais e econômicas advindas da “era da informação”. Midiaticizar na sociedade contemporânea significa tornar público, divulgar por meio de mídias, conteúdos e mensagens para diferentes públicos. Dessa forma, para as análises em relação a produção de conteúdo digital acessível, no contexto desta pesquisa, retoma-se Castells (2020) que aponta que as transformações tecnológicas, em

especial os processos midiáticos a partir das novas tecnologias, instigam a um olhar mais complexo em relação a tecnologia que deveria caminhar em sintonia com o desenvolvimento social e humano. Porém, conforme o mesmo autor evidência em seu livro, sobre as novas formas de comunicação mediadas e midiáticas pela tecnologia digital, a contribuição da era da informação para o mundo contemporâneo: “[...] é sua capacidade de inclusão e abrangência de todas as expressões culturais” (Castells, 2020, p. 456).

Com as contribuições de Bonito (2015/2020), considerando a importância das questões culturais de Martin-Barbero (1997), o amplo desenvolvimento das mídias na sociedade em rede de Castells (2020), assim como as reflexões de Pessoa (2023), sobre a comunicação hospitalar, partiu-se para uma análise mais específica sobre os conteúdos digitais acessíveis ou comunicação digital acessível, que considera a pluralidade e a diversidade das pessoas, que se conectam por meio de dispositivos digitais. Essas análises integram o mapeamento do platô Comunicação Digital Acessível.

4. O PLATÔ COMUNICAÇÃO DIGITAL ACESSÍVEL

A criação de conteúdos digitais acessíveis é garantida pela LBI (2015), porém na grande maioria dos casos, passa por uma decisão da gestão de projetos de sites e plataformas, das empresas públicas e privadas, pois envolve um olhar para o mercado e para a questão social em relação a inclusão das pessoas com deficiência. Também, passa pela cultura da empresa em relação à inclusão dos diferentes grupos de pessoas, culturas, etnias, idades, entre outros. Nesse sentido, é importante compreender que as narrativas devem ser concebidas a partir de uma linguagem digital acessível, usando dispositivos midiáticos que concentrem recursos de tecnologia assistiva para dialogarem com equidade com as múltiplas deficiências. As narrativas em formato de obras de ficção, documentários, conteúdos jornalísticos ou publicitários, devem ser concebidas, desde seus projetos iniciais, tendo em vista atender o seu público-alvo, levando em consideração alcançar o maior número possível de pessoas, com e sem deficiência.

As barreiras informacionais, comunicacionais e a comunicação hospitalar, apresentadas pelos autores supracitados, dialogam com a apresentação desse platô na

medida em que os produtos comunicacionais podem e deveriam estar disponíveis de forma acessível, em atenção com as especificidades dos diferentes públicos.

Dessa forma, as barreiras para a criação de conteúdos digitais acessíveis, em algumas situações, podem ser atitudinais; culturais, como nos orientou a pesquisa de Bonito (2015), no âmbito das mediações e, ainda na perspectiva do *habitus* (Bourdieu, 1983), quando adentramos para as relações culturais, sociais e políticas enraizadas nos processos comunicacionais que não avançam em relação a uma oferta de uma comunicação universal, como direito de todos. Para Bonito (2015, p. 143): “Os projetos comunicacionais em tempos digitais precisam nascer com as propostas de acessibilidade contidas [...]”, pois não se trata de uma questão “tecnicista, mas sim de ordem cultural”. Mas, também de ordem econômica e da ausência de interesse político e social.

Pensar nos processos comunicacionais como um todo, significa criar estratégias para as narrativas, os termos, a escolha das plataformas, a tecnologia e diretrizes dos padrões internacionais de sites e aplicativos e as adaptações dos produtos. Diante dos resultados apresentados a partir da pesquisa bibliográfica e documental no platô comunicação digital acessível, analisamos a intensidade dessas informações a partir do pensamento rizomático, indicados como categorias de análise. Para esse platô indicamos as categorias: conexão e heterogeneidade, multiplicidade e ruptura assignificante (linhas de fuga). A seguir, a Figura 1 apresenta o mapa deste platô, desenhado a partir das análises descritas acima, do referencial teórico e da pesquisa de campo:

Figura 1 - Mapa do Platô comunicação digital acessível



Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao platô comunicação digital acessível, destacamos os aportes teóricos dos autores Bonito (2015) e Pessoa (2023), a partir das instâncias da mediação e midiaticização e, da produção de conteúdo acessível. Ambos os autores trabalham na perspectiva da “construção” de uma terminologia que se alinha às necessidades de criar parâmetros e orientações para o uso e aplicação contínua da comunicação digital acessível. A exemplo do que já existe na área da arquitetura, a concepção do design universal para a comunicação acessível, trabalharia com mais assertividade as demandas comunicacionais do mundo contemporâneo, sem uma necessidade específica de se criar conteúdo para o público A, B ou C.

As demandas de comunicação são para todos os públicos, independente das questões étnicas, raciais, culturais, de gênero ou com ou sem deficiência. Pessoa (2023) trabalha com a proposta da linguagem hospitaleira, remetendo a necessidade de se utilizar termos e expressões que não sejam discriminatórios em relação as PcD e demais públicos. Sugere o uso de uma linguagem respeitosa, considerando as diferenciações dos meios de comunicação e usando as tecnologias que possibilitam gerar acessibilidade para que as informações possam ser compartilhadas com todos, independentemente de sua condição física, cognitiva, de classe social, de gênero, racial entre outros.

A comunicação hospitaleira se alinha de forma contínua com o platô da comunicação digital acessível, uma vez que tem como propósito ampliar as conexões entre as diferentes pessoas. A comunicação hospitaleira oferece uma espécie de suporte para combater as rupturas provocadas pelas barreiras informacionais e atitudinais, em relação as PcD, pois remete a necessidade de se usar de forma consciente diferentes pontos de contato para a comunicação e informação e, uma linguagem acolhedora. Conforme Pessoa (2023, p. 62) “[...] lidar com as especificidades da deficiência em um mundo hostil exige um esforço que nos escapa dimensionar[...]”.

As barreiras informacionais (Bonito, 2015) que produzem rupturas na comunicação efetiva para pessoas com deficiência, podem gerar novas conexões na medida em que se reconfiguram as “instâncias de mediação e mediação”. A teoria das mediações, de Martín-Barbero (1997), orienta pensar nos processos comunicacionais a partir das mediações que passam pelas diferenças culturais de cada pessoa. Dessa forma, não se trata apenas de observar as diferenças do meio (instâncias de mediação) que a informação vai circular, mas sim a capacidade de apreensão das mensagens, em especial as PcD que, de acordo com o tipo de deficiência, possui particularidades na recepção dessas mensagens.

Nesse sentido, as tecnologias disponíveis devem observar as possibilidades de mediação das mensagens, em relação ao uso nos meios digitais no que se refere a: tecnologia assistiva, design de acessibilidade universal, arquitetura da informação e linguagem digital acessível.

As conexões neste platô são heterogêneas e com rupturas, uma vez que apontamos que a comunicação digital acessível pode ser um campo científico em construção, na medida em que o avanço tecnológico possibilita novos estudos e pesquisas nesta área específica. Se configura como um campo científico, pois as análises partem de pesquisadores das ciências da comunicação que estão dialogando com as possibilidades de gerar interface comunicacional a partir das tecnologias digitais. Essa interface pressupõe um mergulho mais amplo em direção a como gerar conteúdos, para quem, com que intenção e intensidade, e utilizando os recursos digitais disponíveis nas plataformas. Também, pressupõe que a criação de sites e plataformas devem seguir padrões e diretrizes

internacionais, tendo em vista a “experiência do usuário” ao navegar pelos dispositivos digitais.

As linhas de fuga identificadas nesse platô se referem a falta de conhecimento do uso correto das ferramentas e do *habitus* condicionado dos comunicadores em fazer adaptações e produção de conteúdo, para mídias digitais segundo a perspectiva das “instâncias da midiatização”, ou segundo o que é “solicitado pelos clientes” e não a partir das instâncias das mediações (Bonito, 2015), considerando as especificidades dos diferentes públicos. A escolha técnica do planejamento das mídias digitais faz parte do planejamento de comunicação de uma empresa, ou pessoa, para tornar público os conteúdos comunicacionais de sua empresa, negócios ou conteúdos pessoais, porém muitas vezes essas escolhas passam exclusivamente pela viabilidade técnica e financeira, perdendo a “perspectiva do outro”. E nesse contexto, vale apontar a importância do UX design que trabalha a acessibilidade e usabilidade em sites e plataformas, mas ainda sem o aprofundamento das “instâncias de mediação”, conforme Martin Barbero (1997).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises nesse platô indicam conexões heterogêneas e por meio de rupturas que apontam um caminho profícuo para a interface de estudos nos campos da acessibilidade digital, das ciências da informação e comunicação e, mais especificamente o campo da comunicação digital acessível.

Não identificamos zonas de intensidade nesse campo, mas pontos de interface por meio do uso correto das instâncias de mediação e midiatização (Bonito, 2015), da comunicação hospitaleira (Pessoa, 2023) e do campo científico da comunicação digital acessível, em processo contínuo de estruturação e construção, além das orientações técnicas sobre UX design. Reafirmamos que a legitimação desse campo de estudo deverá romper com o *habitus* que impede a discussão de novas frentes de pesquisa, especificamente na área da comunicação social.

A partir dessas análises, afirmamos que a comunicação inclusiva e acessível se dá no processo da comunicação humana, por meio da escolha das palavras, do entendimento das particularidades de cada pessoa e do uso adequado das tecnologias. A comunicação inclusiva e acessível não se restringe às pessoas com deficiência. Ela desperta e promove

cidadania e empatia em relação ao outro, seja em relação a sua origem social, de raça ou gênero, ou deficiência física, motora ou cognitiva.

Para a continuidade desta pesquisa, indicamos uma proposta de lançar as bases para a estruturação do campo científico da comunicação digital acessível, a partir da : ampliação os estudos teóricos por meio da definição epistemológica do campo, como um *continuum* resultante da mesclagem de diferentes teorias e aportes teóricos que fundamentam as teorias da comunicação, as ciências da informação e a computação e o desenvolvimento de estudos e abordagens teórico e prático em relação as tecnologias digitais seja no meio acadêmico e na sociedade como um todo, além de ampliar a discussão em torno das políticas públicas, tendo como ponto de partida a LBI, que oferece o respaldo jurídico para que os estudos sobre comunicação digital e acessível se tornarem uma realidade diária para as pessoas em qualquer situação social, econômica e política (Justo e Fernandes, 2022).

Uma proposta de disciplina para esses conteúdos, deverá abranger, no nosso entendimento, os pontos citados no mapeamento do platô que são: aportes teóricos sobre a cultura digital, ciências da informação e comunicação e, novas tecnologias; tecnologias digitais e tecnologias assistivas; UX design; Linguagem digital acessível, Linguagem hospitaleira e Acessibilidade comunicativa; Diretrizes W3C, LBI e Políticas Públicas e Gestão da diversidade com foco nas políticas afirmativas e políticas de *Environmental, Social and Governance* (ESG).

Consideramos que as análises desse platô são um desmembramento para futuros estudos e pesquisas, na área de formação e docência, e na interface dos estudos em ciência, tecnologia e sociedade, que poderão ampliar o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes de comunicação social em relação a acessibilidade digital e comunicação digital acessível, em suas atividades práticas, profissionais e de pesquisa, além de contribuir de forma significativa para a inclusão e cidadania de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Bosco da Mota. MAZZONI, Alberto Angel. TORRES, Elisabeth Fátima. **A acessibilidade à informação no espaço digital**. Ci. Inf. Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91 set/dez 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000300009>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. 2015. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>
Acesso em: 20 jun. 2024

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-55. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1989.

BONITO, M.; CONCEIÇÃO DOS SANTOS, L. Jornalismo Digital: reflexões teóricas e práticas educacionais a partir da acessibilidade comunicativa. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 10, n. 26, p. 28-39, 24 nov. 2020. Disponível em: [Jornalismo Digital | Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo \(aberjor.org.br\)](http://www.aberjor.org.br). Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

JUSTO, Carmen Silvia Porto Brunialti; FERNANDES, Luzia Sigoli. Comunicação Digital Acessível: Reflexões, interfaces e tensões de um campo científico em construção. **ALCEU**, [s.l.], v. 22, n. 48, p. 216–239, 2022. DOI: 10.46391/ALCEU.v.22. ed.48.2022.304. Disponível em: <https://revistaalceu.com.pucpr.br/alceu/article/view/304>. Acesso em: 12 jun. 2024.

JUSTO, Carmen Silvia Porto Brunialti; FERNANDES, Luzia Sigoli. **Acessibilidade digital em ONGs para pessoas com deficiência: análises, perspectivas e desafios para a inclusão tecnológica e social**. 276f. Tese (Doutorado). Curso de Ciências, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 2023. Disponível em: [Acessibilidade digital em ONGs brasileiras para pessoas com deficiência: análises, perspectivas e desafios para a inclusão tecnológica e social \(ufscar.br\)](http://ufscar.br). Acesso em: 20 ago. 2024

KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. *Psicologia & Sociedade*, 19 (1):15-22, jan./abr. 2007.

KENSKI, Vani M.. Cultura digital. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e educação a distância**. Campinas: Papirus, 2018. p. 138 144. Disponível em: https://www.academia.edu/43844286/Verbetes_CULTURA_DIGITAL. Acesso em: 18 out. 2023.

MARTIN-BARBERO J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito; Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MOVIMENTO WEB PARA TODOS. **Metodologia utilizada no estudo de acessibilidade em sites ativos**. 2022. Disponível em: Metodologia utilizada no estudo de acessibilidade em sites ativos (Brasil, 2022) - WPT (mwpt.com.br). Acesso em: 10 ago. 2024

MOVIMENTO WEB PARA TODOS. **O que é acessibilidade digital**. Disponível em: O que é acessibilidade digital? - WPT (mwpt.com.br). Acesso em: 10 ago. 2021.

PESSOA, Sônia Caldas et al. **Comunicação e acessibilidades: um guia para práticas hospitalares**. Porto Alegre: Fi, 2023. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/706-comunicacao-acessibilidades>. Acesso em: 18 maio 2024.

PETERMANN, Juliana. **Do sobrevôo ao reconhecimento atento: a institucionalização da criação publicitária, pela perspectiva do habitus e dos capitais social, cultural e econômico**. 2011. 408 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3041>. Acesso em: 18 maio 2024.

PETERMANN, Juliana. **Cartografia da criação publicitária**. Santa Maria: FACOS- UFSM, 2017.

ROSÁRIO, Nísia Martins. Cartografia em comunicação: questões de métodos e desafios metodológicos. In: LOPES, Maria Immacollata Vassallo; MOURA, Cláudia Peixoto. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 175-194.